

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO
INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO DOS TRANSPORTES E TURISMO (TRAN) DO
PARLAMENTO EUROPEU**

Bruxelas, 25 de maio de 2023

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- *Deputada Jamila Madeira (PS), Comissão de Assuntos Europeus*
- *Deputado Carlos Pereira (PS), Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação*
- *Deputado Hugo Martins de Carvalho (PSD), Comissão de Ambiente e Energia*
- *Deputado Duarte Alves (PCP), Comissão de Ambiente e Energia*

A assessoria na reunião foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia. A preparação desta reunião contou também com o apoio das equipas da Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação e Comissão de Ambiente e Energia.

Da agenda da reunião, subordinada ao tema *Atingir os objetivos do setor dos transportes da iniciativa "Fit for 55" a nível nacional - oportunidades e desafios*, constavam os seguintes pontos:

SESSÃO DE ABERTURA

Karima Delli, Presidente da Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu, deu as boas-vindas aos colegas dos Parlamentos nacionais e referiu-se aos temas em discussão nesta reunião e à sua atualidade.

SESSÃO I: DESCARBONIZAR O TRANSPORTE RODOVIÁRIO - A IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE CARREGAMENTO DE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS

Ismail Ertug, Relator do Parlamento Europeu AFIR, iniciou a sua intervenção referindo a importância das infraestruturas de combustíveis alternativos e deu nota da evolução da legislação nesta área, nomeadamente a conexão com as redes transeuropeias de transportes e criação de corredores com infraestruturas adequadas. Deu nota dos planos para incluir, até 2025, instalações de carregamento em distâncias curtas, tendo a Comissão optado por uma abordagem de distância mas também baseada na frota, com o objetivo de colocar mais carros elétricos no mercado. Por outro lado, *Saskia Kluit, Membro da Comissão de economia, ambiente, agricultura, natureza e qualidade alimentar e da Comissão de infraestruturas, gestão água e ambiente do Senado dos Países Baixos*, deu nota dos progressos realizados nos Países Baixos nesta matéria, sobretudo com a criação de *hubs* elétricos, que podem ajudar os ciclistas que condutores de autocarros, transformando os ambientes nas cidades em ambientes mais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

habitáveis e libertando espaço nas ruas. Frisou que a mobilidade elétrica também podia ajudar o sistema energético, apelando à necessidade de garantir a sustentabilidade das opções tomadas (como a reutilização da energia armazenada em baterias de carros em outros aparelhos), assim como pontos de carregamento de proximidade e regulação dos preços da energia.

Seguiu-se a intervenção de *Eliana Longi, Membro da Comissão dos transportes da Câmara dos Deputados de Itália*, que focou a importância do setor dos transportes para o objetivo da descarbonização, a necessidade de a partir de 2030 50% dos veículos deverem ser elétricos, a importância de aumentar os postos de carregamento, dos investimentos nesta área e as dificuldades em cumprir os objetivos partilhados com prazos muito curtos e modelo tecnológico único. Por fim, *Ignacio López Cano, Presidente da Comissão de transportes, mobilidade e agenda urbana do Congresso dos Deputados de Espanha*, destacou que, em Espanha, os transportes geram grande parte dos gases com efeito de estufa (sobretudo o transporte rodoviário), sendo necessário reduzir a poluição, apostando em soluções para a deslocação dos cidadãos, tendo o PRR deixado claro que a transformação energética e a mobilidade sustentável são essenciais. Referiu a implementação nas cidades espanholas de zonas de baixas emissões, tornando os centros urbanos mais habitáveis, apostando em veículos elétricos, infraestruturas de carregamento e nos transportes públicos.

Durante o período de debate foram focados temas como a proveniência da energia para cumprir os objetivos propostos, a importância da manutenção da energia nuclear, a responsabilidade dos Estados-Membros na mobilidade descarbonizada, a relevância da ferrovia e do investimento neste transporte para o cumprimento dos objetivos fixados, a dificuldade em alcançar o equilíbrio entre os investimentos em infraestruturas e a adaptação das redes de energia. Vários oradores referiram que os objetivos em termos de número de postos de carregamento são bastante ambiciosos, sendo necessário adaptar a legislação nacional, bem como a necessidade de tornar a energia mais acessível, baixando o seu preço, e apostar fortemente no desenvolvimento dos transportes públicos. As diferenças geográficas entre os Estados-Membros, limites económicos, apoios extensíveis nesta área às zonas rurais, tecnologia acessível para o carregamento de veículos, assim como a necessidade de cumprimento da legislação europeia, especificamente o pacote Objetivo 55, foram também referidos.

Intervieram neste painel os Deputados da Assembleia da República:

Carlos PEREIRA (PS), que referiu o empenho de Portugal no combate às alterações climáticas e, concretamente no que à descarbonização dos transportes diz respeito, deu nota dos objetivos presentes na lei de bases do clima e no roteiro da neutralidade carbónica 2050, que identificam a mobilidade e os transportes como um dos principais vetores de descarbonização. Partilhou assim exemplos do que foi desenvolvido em Portugal nesta área como a transformação do transporte público num transporte mais atrativo, tanto no conforto como no custo, tendo sido implementado um programa de apoio à redução tarifária, a implementação de uma quota de 20% de energias renováveis para o setor dos transportes e o apoio à mobilidade elétrica, com o apoio significativo à aquisição de automóveis elétricos e o reforço das infraestruturas de carregamento no espaço público e no espaço privado.



Duarte ALVES (PCP), frisou que a UE coloca num mesmo plano os investimentos em infraestruturas para aumento do número de veículos elétricos e os investimentos nos transportes públicos, sendo por isso necessário dar um maior enfoque na mudança de paradigma do transporte individual para o transporte público e não apenas investir em medidas de transformação do transporte individual de combustível fóssil para elétrico. Considerou assim ser importante a redução do preço dos transportes, a melhoria da sua qualidade, o caminho para a sua gratuidade progressiva e uma aposta determinada na ferrovia, com investimentos necessários e contrariando as lógicas de liberalização do setor também promovidas pela UE. Referiu-se ainda aos investimentos em Portugal no que respeita à alta velocidade, não devendo a Comissão Europeia criar dificuldades à concretização deste investimento, nomeadamente condicionando o financiamento à adoção da bitola europeia, devendo os operadores públicos ibéricos articular-se para explorar estas ligações de forma integrada com o resto da rede ferroviária ibérica. Terminou mencionando a importância e valorização dos trabalhadores ferroviários.

SESSÃO II: DESCARBONIZAR SETORES DIFÍCEIS - TRANSPORTE MARÍTIMO E AÉREO - COMO IMPULSIONAR A ADOÇÃO DE COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS E MANTER A ACESSIBILIDADE E A COMPETITIVIDADE?

Jörgen Warborn, Relator do Parlamento Europeu para a iniciativa FuelEU Maritime, frisou a importância do transporte marítimo, nomeadamente sendo o transporte com menor pegada ecológica, entendendo ser necessário promover a passagem do transporte rodoviário para o transporte marítimo. Referiu que a legislação em aprovação faz parte do pacote Objetivo 55, promovendo uma descarbonização deste tipo de transporte e limitando a emissão de gases de efeito de estufa emitidos pelos navios que entram nos portos da UE (redução 20% até 2025 e 80% em 2050). Identificou o equilíbrio como fator chave desta mudança, devendo as medidas ter por base estudos de impacto e regulamentação que não vá além do necessário, uma vez que os transportes devem ser economicamente acessíveis. A não dependência da UE de outros países na área dos combustíveis e a proteção das empresas europeias foram também focadas pelo orador.

José-Ramon Bauzá Díaz, Relator do Parlamento Europeu para a iniciativa RefuelEU Aviation, reconheceu a aviação como fundamental para a liberdade de movimento e as medidas a aplicar para a descarbonizar. Referiu-se ao SAF (Combustível Sustentável de Aviação) e à sua utilização, sem necessidade de alteração das aeronaves, mas reconhecendo o seu custo elevado. Deu nota dos principais pontos de acordo entre o PE e o Conselho nesta matéria: calendário com objetivos concretos em forma de percentagem, objetivos também com percentagens concretas de fornecimento dos combustíveis sintéticos, utilização do SAF e o acordo para os 10 primeiros anos, com o fornecimento nos operadores que seja mais económico para que não se verifique impacto no preço dos bilhetes de avião. Terminou mencionando ser fundamental que os Estados-Membros tomem medidas de apoio que impulsionem a produção de SAF e tornem a indústria mais competitiva.

Seguiram-se as intervenções de *Gerry Horkan, Membro da Comissão conjunta de transportes e comunicações do Senado da Irlanda*, focando a necessidade de apoio a todas as medidas relativas ao combustível mais sustentável, ao papel fundamental dos portos para a transição energética e a capacidade da energia eólica produzida na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Irlanda, bem como na necessidade de apostar nos combustíveis de aviação sustentáveis, e de *Alexandru Răzvan Cuc, Vice-Presidente da Comissão de transportes e infraestruturas do Senado da Roménia*, que deu nota das instalações para assegurar eletricidade aos navios nos portos da Roménia, postos de gás natural liquefeito, inclusão de combustíveis alternativos no transporte marítimo, que comporta desafios e um período de transição, destacando a zona estratégica ocupada pela Roménia no Mar Negro, onde são necessários grandes investimentos nos portos e conectividade inteligente e sustentável.

A oradora seguinte, *Maria Stockhaus, Membro da Comissão de Transportes e Comunicação do Parlamento sueco*, referiu a importância de os combustíveis deverem responder à variedade dos modos de transporte, da redução dos custos de manutenção, da possibilidade de utilização de navios elétricos, movidos a energia eólica ou híbridos e a sua importância para a Suécia, assim como a utilização de combustíveis alternativos, bio gás liquefeito e hidrogénio. Deixou ainda quatro reflexões sobre o futuro neste tema: o aumento da procura de biocombustíveis, eletrificação dos setores marítimo e aéreo, atualização de infraestruturas e apoios à inovação de soluções sustentáveis.

Por fim, *Kim Buyst, Membro da Comissão de Transportes e Energia do Parlamento belga*, reiterou a importância da ecologia no transporte aéreo e marítimo e suas alternativas, com destaque para a ferrovia, devendo o seu tráfego ser duplicado, desenvolvendo cooperação a nível da UE neste campo. Destacou ainda as vantagens da intermodalidade entre os transportes aéreos e marítimos, a fixação do preço unitário dos combustíveis e abordagem conjunta à poluição causada pelos diferentes meios de transporte.

Durante o período de debate foram referidos temas como a necessidade de reduzir o tráfego do transporte marítimo e aéreo, a solução de curta prazo que representam os combustíveis alternativos, manutenção da energia nuclear, defendendo alguns intervenientes o seu abandono, o fim dos voos de curta distância, mas também a necessidade de melhoria das infraestruturas associadas aos transportes em vários países, por forma a torná-los mais eficientes, a aposta inequívoca nos transportes públicos e a atenção que deve ser dada às regiões insulares e ultraperiféricas neste tema. Foi ainda referida a cooperação europeia como forma de alcançar os objetivos climáticos, a essencialidade do transporte aéreo para algumas regiões, nomeadamente ilhas, e o alinhamento das legislações nacionais com o pacote Objetivo 55.

Intervieram neste painel os Senhores Deputados da Assembleia da República:

Jamila MADEIRA (PS), que começou por agradecer aos relatores a partilha dos resultados destas iniciativas e referir a dificuldade da redução de emissões no âmbito dos transportes e o desafio que representa sobretudo para Portugal, um país periférico e com dinâmicas de grandes distâncias, onde o transporte marítimo e aéreo tem um impacto significativo. Salientou o trabalho do país na redução das emissões até 2050, a utilização do hidrogénio como um caminho possível, encontrando-se estabelecidas parcerias no quadro das empresas para utilização de 39% de SAF desde 2022. Destacou ainda as poucas alternativas de ferrovia em Portugal, longe da realidade do centro da Europa e no que respeita a curtas distâncias, dando nota da necessidade do esforço suplementar da Comissão Europeia para estes países na interligação com a rede transeuropeia mas também na interligação interna, sabendo que o processo de sustentabilidade do transporte marítimo e aéreo é longo, prevendo-se o trabalho em sistemas de captura de carbono e ecossistema em termos de compensações enquanto a tecnologia não permitir avançar mais nestes setores e procurando não por em causa a competitividade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Hugo Martins de CARVALHO (PSD), que destacou a partida para os desafios da sustentabilidade, manutenção da economia competitivas e permitir o acesso equitativo aos cidadãos nesta sede, com duas ideias: acreditar na tecnologia mas ser também tecnologicamente agnóstico, não escolhendo uma opção em detrimento de outras e acreditando em todas. Referiu o *green shipping* para transporte marítimo, a utilização de hidrogénio onde este é produzido, de mais bio combustíveis e a sua reconfiguração em todos o país, bem como a aposta na eletrificação de muitos transportes. Deu ainda nota que o melhor combustível para a ambiente é o combustível que não é consumido e que Portugal tem uma circulação elevada de transporte de combustíveis, sendo ideal procurar esta redução e apostar na ferrovia, também para o transporte de mercadorias, como um investimento para o planeta e para a descarbonização.

O registo vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

Assembleia da República, 25 de junho de 2023.

A Delegação da Assembleia da República,




(Jamila Madeira)



(Carlos Pereira)



(Hugo Carvalho)



(Duarte Alves)

